

AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA E A SEGURANÇA AMAZÔNICA¹

Cleber Batalha Franklin

A revista *Veja*, na edição 2036, de 28 de novembro de 2007, trás uma reportagem especial intitulada “Em que os militares miram”, assinada por Otávio Cabral. É raro encontrar em uma publicação direcionada a um público diversificado temas sensíveis como as relações civil-militares e sobre questões de defesa. Foram aplicados 2.000 questionários, em 24 estados, e ouvidos 384 membros do Exército, em dezenove cidades. Entre as perguntas formuladas a que obteve índices maiores entre as opiniões dos civis como a dos militares foi se a Amazônia corre o risco de ser ocupada por potências estrangeiras. Entre os civis 72,7% responderam SIM, e entre os militares 82,6% também responderam SIM, o que demonstra, que ao contrário do que pensa a maioria dos políticos, os brasileiros se preocupam com esta temática. A pesquisa ainda aponta o Presidente Hugo Chávez da Venezuela como o iniciador de uma corrida armamentista na América do Sul.

Diante destas questões pretendemos estudar as relações entre o Brasil e a Venezuela nos últimos anos principalmente nos temas relacionados com a segurança e a defesa. E falar destes

¹ Artigo apresentado no 1º Seminário de Relações Internacionais e Defesa na Amazônia, realizado pelo NAEA/NUMA/PPGCP/Projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI, em Belém-PA, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2007, e promovido pelo Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED).

temas obrigatoriamente temos que falar de Amazônia, uma vez que ambos os países a compartilham com a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, a Guiana Francesa, o Peru e o Suriname; este conjunto espacial que é considerado como a “*hertland*” socioambiental mundial (BECKER, 2004). Enquanto, durante anos, o Brasil esteve voltado para as suas fronteiras meridionais, a Venezuela vacilava ora entre a sua fronteira com a Colômbia, ora com a frente caribenha. De fato, até pouco tempo, ambos estiveram de costas um para o outro.

Durante o período da Guerra Fria (1949-1989) eles também foram aliados confiáveis do ocidente diante do enfrentamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A proximidade com os Estados Unidos da América (EUA) e a enorme influência que esse há exercido no hemisfério permitiu ao Brasil e à Venezuela o uso da proteção militar americana. Esta influência permitiu ao Brasil um cenário onde as principais ameaças eram identificadas internamente, e assim, uma estabilização dos recursos e meios para a defesa. Já para a Venezuela a estabilidade política e econômica, alcançada na década de 1960, possibilitou ser o parceiro mais confiável regionalmente, o que a distanciou dos demais países do sub-continente.

Nesses quase vinte anos após o fim da Guerra Fria e a manutenção de um quadro onde os EUA continuam sendo a única superpotência podemos apontar algumas características das atuais relações entre o Brasil e a Venezuela. Acreditamos que elas estão em uma fase de transição, e há indícios de uma disputa entre ambos pela hegemonia política regional. No caso brasileiro, uma vez consolidadas as relações com a Argentina, ocorreu a escolha da Amazônia como região estratégica

nacional, o que necessariamente atingiu e extrapolou os limites fronteiriços. Assim desde a década de 1970 que a presença brasileira é sentida com mais intensidade, o que o obrigou a negociar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978. Neste caso, como o Brasil detém a maior parcela da Amazônia e como para os EUA esta região não é prioritária, a maior parte dos temas regionais são tratados como agenda brasileira e tem com objetivo garantir o menor grau de ingerência estrangeira. As exceções são os temas ligados à Colômbia. A influência crescente norte-americana neste país representa atualmente para o Brasil o seu maior temor no que se relaciona com segurança e defesa (VAZ, 2004).

Para a Venezuela, país que até a pouco era estrategicamente voltado para o Caribe, via natural de escoamento da sua maior riqueza: o petróleo, a construção por parte do Presidente Hugo Chávez de um regime centralizador, popular e autoritário repercute nestas relações visto que o pretensioso modelo revolucionário venezuelano é expansivo. As interferências em governos amazônicos como o da Bolívia e do Equador, mais as ações no círculo do Caribe, vêm garantindo alianças regionais. A política externa do Presidente Hugo Rafael Chávez Fría (1999-) vem reocupar o lugar dos anos da década de 1970 quando da difusão do *Nuevo Orden Económico Internacional* (NOEI)² por parte do primeiro mandato do Presidente Carlos Andrés Perez (1974-1979), e o apoio declarado inclusive com armas a Revolução Sandinista na Nicarágua. Para Romero (2006, p. 8) desde o período da independência até os nossos dias uma das características da política exterior venezuelana:

² Sobre o NOEI consultar Hardy (1991).

fue y es una palanca para procurar la estabilidad política interna, así como también para lograr el reconocimiento de la comunidad internacional. Pero, en fin de cuentas, cualquier país, por más pequeño que sea, ha hecho y hará lo mismo. Lo que coloca a Venezuela con un caso singular es tu tendencia a un activismo que en muchas ocasiones ha estado fundado en la creencia de que el modelo venezolano debe ser imitado por el resto de los países del globo.

No entanto somente com o Brasil que a Venezuela não tem problemas de fronteiras. Com a Colômbia basta a situação interna desse país para Caracas tratar a sua frente andina como a mais preocupante e ao mesmo tempo a menos confiável. Pelo lado da Guiana, a Venezuela não abre mão da disputa territorial do Essequibo. Resta o Brasil, representado pela frente amazônica, cujos interesses estratégicos poderão ser compartilhados com mais comprometimento desde que ocorra um fortalecimento das relações e a convergência de interesses. Neste sentido é que este trabalho poderá contribuir para uma melhor compreensão dos desafios regionais como o crescimento do indianismo e a falta de uma definição das potências regionais diante da superpotência.

Paralelamente a este quadro, países da América do Sul com forte componente indígena em suas populações, como a Bolívia e o Equador, e de grandes extensões territoriais ocupadas por grupos indígenas, como o Brasil e a Venezuela, têm atualmente em seus governos fortes influências das várias correntes do indigenismo e do indianismo³. Enquanto o indigenismo busca valorizar a diversidade étnica dos povos

³ Para aprofundar sobre as diferenças entre o indigenismo e o indianismo consultar Solano (2005).

indígenas americanos, o indianismo busca o reconhecimento político não só da diversidade étnica geral, mas de cada grupo étnico específico. Também luta por compensações dos séculos de domínio ocidental. Para tanto, utiliza de princípios como o da auto-determinação nas relações entre estes grupos e os Estados nacionais e os seus níveis de governo, o que leva os formuladores de políticas de defesa a temer pela integridade de seus territórios, principalmente em se tratando de etnias separadas pela linha imaginária das fronteiras políticas. No caso específico do Presidente Hugo Chávez a sua *Revolución Bolivariana* tem um forte componente indianista como fator revolucionário e de retorno ao passado glorioso das guerras da independência e do sonho da *Gran Colombia*, ou a grande pátria indígena, crioula e libertária. Esta América indígena é antes de tudo uma Amazônia indígena que se soma às outras Amazônias como a terra das imensidões, das potencialidades, dos conflitos e das tensões.

Desta forma, para falar sobre a Amazônia obrigatoriamente temos que dissertar sobre o equilíbrio de poder regional. Para tanto procuraremos nos deter dentro de um marco teórico: os Complexos Regionais de Segurança ou *Regional Security Complex Theory (RSCT)*, desenvolvida por Buzan, Wæver e Wilde (1998) e por Buzan e Wæver (2003). Os autores apontam as três perspectivas teóricas das estruturas de segurança internacional do pós-Guerra Fria: a neorealista, a globalista e a regionalista. Para eles a perspectiva regionalista é a que permite maior clareza para compreender estas estruturas, entretanto, compartilha com as outras duas perspectivas elementos comuns quando se trata de territorializar ou de desterritorializar as ameaças. De qualquer forma para Herz (2007, p. 01) “o fenômeno regionalismo é hoje universal, tanto do ponto de vista

espacial, atingindo praticamente todo o planeta, quanto do ponto de vista funcional, estando as organizações regionais envolvidas em assuntos tão diversos quanto o comércio internacional, a construção de instituições democráticas ou a resolução de conflitos”.

Na obra *Regions and powers* os autores argumentam que após o fim da Guerra Fria vem ocorrendo uma valorização dos aspectos regionais para os estudos de segurança, como a ampliação deste conceito que até então praticamente estava restrito às esferas políticas e militares para abarcar questões ambientais, econômicas e sociais. Primeiro, porque com o fim da bipolaridade muitos dos fatores políticos e militares deixaram de ter importância visto que perderam interesses para a única *superpower*, ou seja, para os Estados Unidos da América. Segundo, mesmo com todo o seu poder os Estados Unidos da América não têm capacidade de se envolverem em todos os conflitos ao redor do planeta, o que realça o papel das atuais *great powers*⁴ e principalmente das potências regionais ou *regional powers*. Eles então constroem um quadro planetário com vários complexos regionais de segurança no qual incluem a América do Sul. Este está dividido em dois sub-complexos: o cone sul e o andino.

Nosso argumento é que um terceiro sub-complexo está em formação, ou seja, o amazônico. Este “cluster” passa a ser o centro estratégico da América do Sul pelo fato de além de possuir características espaciais como a grande planície drenada pela calha do rio Amazonas e a sua imensa biodiversidade distribuída por seus inúmeros afluentes e pela vegetação principal típica de floresta equatorial, mais pelo fato de que:

⁴ União Européia, China, Rússia e Japão.

Se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Constitui-se, assim, um novo componente na disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados.

Esta disputa das potências pelas novas fronteiras incide vigorosamente sobre o Brasil. Três grandes eldorados podem ser reconhecidos contemporaneamente: os fundos oceânicos ainda não regulamentados, a Antártida, partilhada pelas potências, e a Amazônia, único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado nacional (BECKER, 2004, p. 35).

É em torno dele que o Brasil, como “midle power” na América do Sul, e a Venezuela, como “middle power” nos Andes e com uma influência crescente na América Central e no Caribe, podem construir uma estratégia de cooperação para que ambos possam compartilhar a liderança dentro deste sub-complexo. Entretanto este equilíbrio é muito instável visto que no Brasil há um esforço para desmilitarizar o Estado e adotar políticas de defesa mais transparentes e com uma maior participação política. Na Venezuela assistimos a um processo inverso, ou seja, da militarização do governo e da centralização cada vez maior na figura do Presidente Chávez. Temos que considerar os desdobramentos do aumento da influência venezuelana em países como a Bolívia e o Equador e a posição colombiana diante do crescimento político do país vizinho, como também a enorme influência exercida pelos Estados Unidos no complexo sul-americano e a crescente ascensão chinesa em busca de riquezas e da Rússia em busca de prestígio.

A Revolução Bolivariana

No dia 02 dezembro de 2007 a *Revolución Bolivariana* promovida pelo Presidente Hugo Chávez sofreu a sua primeira derrota eleitoral. Com uma abstenção de 43,85% as propostas de reforma constitucional foram rejeitadas por uma pequena diferença⁵. Todavia as reações a esta derrota ainda não são claras. Para a manutenção da democracia venezuelana espera-se que ela seja absorvida tanto pelo governo e principalmente pela oposição. Ela também representa mais uma etapa da vida pública deste personagem que no dia 04 de fevereiro de 1992 ficou conhecido mundialmente ao desafiar pelas armas o sistema político considerado como um dos mais estáveis da América Latina e ainda diante de toda a nação prometer o seu retorno. Ele mais parecia ter saído de um desfile comemorativo pela postura altiva e o semblante que traduzia a firmeza dos grandes guerreiros. Era o então desconhecido Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frias, um típico criollo llanero⁶, que antes de ser levado para o cárcere disse uma das frases mais emblemáticas da política venezuelana contemporânea: “por ahora”, ou seja, por enquanto. Muitos o consideraram arrogante e pretensioso. Era uma afronta para a elite política venezuelana que desde o festivo 23 de janeiro de 1958, quando uma junta militar derrubou o ditador General Marcos Evangelista Pérez Jiménez (1053-1958) e forjou um bem sucedido, pelo menos na aparência,

⁵ O bloco A de reformas recebeu 50,65% de não e o bloco B de reformas 51,01 % de não. Fonte: Segundo boletim do Consejo Nacional Electoral (CNE) (07.12.2007).

⁶ Criollo representa a mistura entre a população de origem européia e os ameríndios algo semelhante ao caboclo. Já o llaneiro é o nascido na região do Llanos, uma vasta planície no centro do país cortado por vários rios, entre eles o Orinoco, tipicamente rural e que forneceu excelentes guerreiros aos exércitos de Bolívar. Na alma venezuelana representa a liberdade e a bravura.

modelo político centrado em partidos políticos fortes, economicamente dependente da renda do petróleo e um papel secundário para os militares.

É bom esclarecer que no período de 1899 até 1958 o país esteve nas mãos de militares que a partir de então deu início ao processo de modernização das forças armadas, como a criação da Academia Militar, em 1910, e de sua relação pretoriana com a sociedade. Durante o governo do General Eleazar López Contreras (1935-1941) iniciou-se no “Ejército Venezolano – Forjador de Libertades” o culto a Simón Bolívar⁷ como tipo ideal de líder guerreiro e de governante. Este culto contribuiu para a solidificação do pretorianismo bolivariano que para alguns autores é a marca central do governo Chávez. Tivemos a curta experiência democrática quando do governo de Rómulo Gallegos (15.02.1948 a 24.11.1948) e o retorno a uma ditadura militar já moldada pela Guerra Fria e pelo papel dos militares como “Director de la política nacional y rector del desarrollo del país” (ROLANDO; PACHECO, 2005, p. 59).

Emergindo uma democracia que enfrentou no início vários movimentos rebeldes e que prometia elevar a então republiqueta petroleira em uma potência regional, antítese dos regimes militares sanguinários no continente e da ditadura de Castro no Caribe. Mas passadas três décadas, sete presidentes eleitos e o controle da vida do país em mãos de dois partidos Acción Democrática (AD) e Comite para la Organización Política Independiente (COPEI)⁸, muitos venezuelanos haviam perdido

⁷ *Padre de la Patria*. Para maiores informações consultar Bottó (2005) e Irwin (2005).

⁸ Ideologicamente a AD foi classificada como social democrata e COPEI como democrata cristão. Na opinião de Arvelo (1992) esse período ficou conhecido como populismo leninista ou “Cogollocracia”, visto que os partidos políticos venezuelanos se estruturavam como partidos leninistas e a suas direções desempenhavam um papel semelhante ao Politiburo os chamados “Cogollos” e que definiam a composição das listas eleitorais.

a esperança na política para reverter o trágico quadro que se transformou a economia e a vida social de seu país, sendo visível o deterioro das condições de vida de uma grande parcela da população e para o estrangeiro sempre fica no ar a pergunta: onde estão os dólares do petróleo?

O primeiro sinal que o sistema estava deteriorando-se foi durante o governo de Luis Herrera Campins (1978-1984) no episódio conhecido como “Viernes Negro” (18/02/1983) quando após muitos anos permanecer estável o bolívar foi desvalorizado frente ao dólar e as medidas econômicas adotadas além de inócuas acabaram desfavorecendo os setores sociais mais desprotegidos.

Entretanto, a pior crise tem início em 27 de fevereiro de 1989, poucos dias após o início do segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993)⁹, quando ocorreu uma revolta popular contra o anúncio da adoção de medidas econômicas recessivas. O velho CAP eleito prometendo um governo de fartura e luxúria como no seu primeiro mandato nos saudosos anos 1970 que financiado pela alta do petróleo cumpriu uma política nacionalista estatizando a indústria petroleira e a exploração do ferro, representada pelo complexo mineiro siderúrgico da Corporación Venezolana de Guayana (CVG). Naqueles dias dourados a sensação era de que a distribuição da renda que sempre tinha sido desigual havia chegado a todos. Foram anos de fartura para o consumo e para os investimentos públicos que com o passar dos anos revelaram-se fontes de corrupção e de barganha política. Infelizmente as promessas de novos sonhos duraram apenas 25 dias e o acordar foi o

⁹ Também conhecido popularmente como CAP.

pesadelo da falência política do país que custou um número indeterminado de mortos¹⁰, revelando que a mistura de práticas populistas com o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) mais um sistema de corrupção escancarada é altamente perigosa.

Prova disso foram as duas tentativas de golpes de Estado em 1992 (04.02 e 27.11). Ambas tiveram em comum o distanciamento dos militares golpistas em relação à sociedade civil e às lideranças políticas. Enquanto na primeira os seus líderes eram jovens oficiais que souberam explorar a mídia, na segunda, apesar da participação de patentes mais elevadas, nenhuma personalidade destacou-se. O povo assistiu passivamente os acontecimentos. No entanto ficou como símbolo dessas aquarteladas a figura do Comandante Chávez que então passou a ser considerado o principal componente do “Movimiento Bolivariano Revolucionario 200” ou MBR-200¹¹.

Em 1993, com o país mergulhado em uma profunda crise, CAP é afastado por corrupção acompanhada de prisão domiciliar o que provocou a sua morte política. Por fim a eleição do Dr. Rafael Caldera (1994-1999). Caldera, um respeitado intelectual e humanista venezuelano, fundador e por anos líder incontestável do COPEI e que tinha sido presidente da república

¹⁰ Todavia não se sabe o número de mortos visto que as várias previsões são superiores aos dados oficiais, mas acreditamos que durante cinco dias a partir de 27 de fevereiro de 1989 cerca de mil pessoas foram mortas em confronto com as forças de segurança na cidade de Caracas. O emprego de tropas do exército provocou em parte da oficialidade um descontentamento que influenciaria nas tentativas de golpe em 1992.

¹¹ Criado em 1983, bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, a princípio estava mais comprometido em resgatar no seio do exército os ideais bolivarianos conjugados com as tentativas de governos militares mais independentes como o implantado no Peru após golpe de 03.10.1968 comandado pelo General Juan Velasco Alvarado. De suas fileiras saíram os principais oficiais golpistas.

pela primeira vez entre 1969 e 1973, quando a sua eleição foi festejada como sendo o coroamento do modelo democrático venezuelano, pois foi o primeiro presidente opositor a assumir o cargo. Já estava praticamente afastado da política quando com uma plataforma independente, que teve como base política uma aliança formada por pequenos partidos que mesclavam desde ex-guerrilheiros arrependidos, velhas raposas a oportunistas de plantão; levou-o a ganhar as eleições como uma saída conciliatória para a crise política. Só que, desde o início, o seu governo foi de fato um híbrido, pois a estrutura política continuava nas mãos dos partidos tradicionais, o que arrastou o país para uma situação de total descrédito das instituições. Restou aguardar a eleição presidencial de 1998 cujos candidatos não despertavam no eleitorado nenhuma confiança. Até que, transvestido de llanero e com um discurso ingênuo e patriótico, “El Comandante” foi crescendo nas pesquisas até ganhar a sua primeira eleição assim cumprindo a promessa feita em 04 de fevereiro de 1992 na porta da prisão.

Passados oito anos de governo Chávez então havia ganhado nas urnas todas as disputas que ele mesmo provocou para legitimar o seu projeto eclético no qual mistura várias correntes políticas como: o retorno a Gran Colombia de Bolívar, o socialismo cubano e a crença nos militares como principais agentes de transformação. Com referência às suas relações com os militares há certa discordância entre autores: se de um lado temos Battaglini (2002) que advoga que hoje os militares venezuelanos estão comprometidos com uma agenda democrática e popular, por outro lado temos Jiménez (2005) que aponta pela militarização da política venezuelana. Entretanto a utilização da “Fuerza Armada Nacional” como

artífices em missões sociais, a colocação de oficiais em vários postos políticos e a preparação de uma estratégia de defesa nacional baseada na criação de milícias populares e de enfrentamento a um inimigo muito superior também conhecida como “La Guerra Assimétrica”¹² nos leva a crer que o grau de dependência do chavismo em relação aos militares vem sendo ampliado. Inclusive ao apresentar a atual constituição no final de 1999, diga-se uma constituição repleta de avanços políticos e sociais que sem dúvida deu aos venezuelanos mecanismos institucionais para aumentar a participação popular; também contempla possibilidades de intervenção militar na vida política.

Durante os primeiros anos de seu governo Chávez conseguiu despertar em vários segmentos sociais uma mistura de ódio e temor principalmente em muitos dos antigos atores, pois os mesmos estavam acostumados a tratar o público como se fora o privado e o retiro compulsório desses da arena política representou uma queda significativa de suas finanças e das muitas redes de favores desenvolvidas durante o modelo do “Pacto de Punto Fijo”. Este acordo informal foi acertado nas vésperas da derrubada de Pérez Jiménez entre os três maiores grupos políticos na clandestinidade que entre os acertos estavam o respeito aos resultados eleitorais, renegar a um plano secundário as forças armadas e a formação de uma rede clientelista para os negócios públicos. Já para setores da classe média Chávez ao invocar com a sua imagem e com o seu discurso o passado rural e personalista da época dos “caudillos”¹³

¹² Segundo Garrido (2005) ela está centrada na teoria da guerra de quarta geração e tem como principal inimigo os Estados Unidos, seja por intervenção direta, seja utilizando de forças aliadas como a Colômbia, ou através de um mandato via Organização dos Estados Americanos (OEA).

¹³ Os Caudillos eram senhores de terra e da guerra que dominaram a política venezuelana até o início do século XX.

representa o oposto da modernidade sedimentada na memória de uma nação confiante em seu futuro cujos símbolos são as torres petroleiras e democráticas do Parque Central.

Já que nas urnas era impossível derrotar o atrevido filho de um professor primário, outras vias foram utilizadas: greves, manifestações públicas, forte propaganda na mídia e o golpe de 11 de abril de 2002. Neste dia, uma grande marcha promovida pela oposição foi desviada para a sede do governo sem prévia autorização e que, ao encontrar com simpatizantes governistas, terminou em um conflito armado com vários mortos e feridos¹⁴ na altura da “Puente Llaguna”, na região central da capital. No início da noite iniciaram-se os pronunciamentos militares conclamando a desobediência ao governo, alguns gravados pela manhã antes do início da manifestação, que depois foi progredindo para a falsa renúncia de Chávez e sua fuga para a embaixada cubana. Na realidade ele estava detido na sede do Ministério da Defesa e na madrugada do dia 12 de abril foi transferido para uma pequena ilha em pleno Caribe. Poucos acreditaram na renúncia e uma vez considerado vago o cargo o então presidente da Federación de las Cámaras Empresariales de Venezuela (Fedecamaras) e um dos líderes oposicionista o Sr. Pedro Carmona sem que até hoje ninguém saiba quem o nomeou e baseado em que legislação, apoderou-se da Presidência da República e como primeiro ato decretou a exoneração de todos os deputados da “Asamblea Nacional”, das assembléias estaduais e os conselhos municipais; de todos os magistrados do “Tribunal Supremo de Justicia”, de todos os ministros e governadores e por fim, não satisfeito, mudou o nome da República e cancelou a Constituição de 1999.

¹⁴ Tanto as vítimas quanto os prováveis responsáveis pelos disparos eram seguidores do governo e da oposição.

Um novo ator então apareceu em cena sem ser convidado – o povo. Dos *barríos*, como são conhecidas as favelas em Caracas, começaram a protestar contra a falsa renúncia do Comandante. Depois aos clamores já nas avenidas da cidade queriam saber do paradeiro dele. Por fim nas portas dos quartéis e do palácio presidencial queriam o seu retorno. Assim, mesmo com a indiferença de governos importantes para a Venezuela como os Estados Unidos, a Espanha e a Colômbia, a indisposição dos militares golpistas em dispersar os seguidores do presidente deposto facilitou a ação da maioria legalista das forças armadas para na madrugada de 13 de abril retornar a Caracas com o abatido Hugo Chávez. Carmona - o breve ditador - foi o único líder detido após o retorno à legalidade. Na opinião de Dieterich (2006) a mobilização popular foi uma condição necessária, mas não suficiente para repelir o golpe. Necessária porque demonstrou aos militares legalistas que esses teriam caso necessário o apoio popular. Para ele o General Raúl Isaías Baduel, então comandante da Brigada Pára-quedista de Maracay exerceu um papel fundamental ao não reconhecer o governo Carmona e ao divulgar o “Manifiesto de la Operación Rescate de la Dignidad Nacional”, dispendo a marchar sobre Caracas¹⁵.

Inusitado neste fato da história política latino-americana foi o retorno após três dias de Chávez ao Palácio de Miraflores nos braços do povo e de uma significativa parcela do exército. Nos primeiros dias ainda se recuperando do susto manteve uma postura conciliatória e talvez tenha cometido o seu mais grave

¹⁵ General Raúl Isaías Baduel hoje na reserva foi ministro da defesa no período de 2006 a 2007. Hoje está na oposição ao Presidente Chávez e é tratado pelos aliados deste como traidor.

erro político ao anistiar de antemão os líderes do golpe. Recuperado começou uma campanha verbal de ataque e de desqualificação aos seus oponentes. Mas em momento algum fez referências ao papel dos Estados Unidos.

Outro ataque foi desfechado entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 quando uma greve geral provocou inúmeros transtornos à população e prejuízos significativos ao país, comandada por alguns dos participantes do governo Carmona. A vital produção petroleira foi paralisada como uma parte significativa do comércio e de outros ramos da economia. Várias manifestações de rua ocorreram principalmente em bairros de classe média acompanhadas pela rebelião de um grupo de militares, composto por membros de todas as forças e de todas as patentes, que tomaram uma praça da capital onde permaneceram por vários meses sem provocar traumas entre os companheiros de armas e sem mobilizar a população até o seu completo esvaziamento. Também uma verdadeira guerra de informações foi pugnada nas mídias do país com destaque para os canais privados de televisão que propagaram uma forte oposição ao governo. Há que destacar que o governo mesmo acuado e ameaçado manteve o estado de direito e a liberdade de imprensa. Mais uma vez foram derrotados desta vez com a presença de observadores internacionais qualificados como o então Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, e do ex-presidente americano Jimmy Carter.

O apoio da maioria das nações latino-americanas à legalidade do mandato de Chávez foi fundamental para que Carmona não fosse legitimado como gostaria alguns governos. Na paralisação de 2002 vários países propiciaram apoio logístico ao governo e à formação de um grupo de países para servir de

mediador na busca de uma saída para o impasse. Emblemático foi o envio pelo Brasil de um navio petroleiro que com a sua carga auxiliou no funcionamento do país. Como era o período de transição entre os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-) ambos foram consultados e concordaram com a operação indicando que haveria uma continuidade na política para a Venezuela. Para Garcia (2003) o Presidente Lula antes mesmo de sua posse demonstrava preocupações quanto à crise venezuelana por representar uma grave ameaça à política regional podendo ter inaugurado um novo ciclo de instabilidade. Por iniciativa brasileira foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela formado pelo Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal. Esse grupo contou com o apoio da OEA e teve como princípios o respeito à constituição venezuelana e a busca de uma saída eleitoral para a crise. Mesmo assim a oposição utilizando de um mecanismo garantido na constituição iniciou uma longa batalha judicial com o recolhimento de assinaturas e propôs um plebiscito revogatório que por fim foi vencido por Chávez.

Em se tratando das relações exteriores o atual governo venezuelano vem mantendo teoricamente uma independência anormal diante dos fortes interesses associados aos Estados Unidos. Desde o trágico cataclismo ocorrido no Estado Vargas em dezembro de 1999, quando fortes chuvas provocaram grandes desmoronamentos inundando a cidade de La Guaira e enterrando milhares de vítimas, ocorreu um pequeno atrito com os Estados Unidos quando Chávez proibiu o desembarque de soldados americanos que vieram colaborar na desobstrução das áreas atingidas. Meses depois a proibição de Caracas para vôos de observação em seu território de aeronaves americanas como

parte do Plano Colômbia. Mais as visitas ao Iraque, a Líbia e ao Irã e a aproximação com Cuba colocaram as relações com a Casa Branca no mais baixo patamar das últimas décadas. Sinais como o embargo imposto à venda de aviões super-tucanos pela Embraer à Venezuela e a aprovação da venda dessa mesma aeronave para a Colômbia demonstram o grau de descontentamento reinante em Washington. Para Kelly e Romero (2005) as relações entre a Venezuela e os Estados Unidos até o governo de Chávez sempre foram muito próximas apesar de desavenças como a política de nacionalização da indústria petroleira e o papel desempenha pela Venezuela de conciliador nos conflitos regionais na América Central e Caribe como a Revolução Sandinista na Nicarágua e a invasão de Granada. Entretanto, na área econômica, Caracas vem cumprindo pontualmente os contratos de fornecimento de petróleo e os pagamentos da dívida com as agências internacionais.

As relações entre o Brasil e a Venezuela

Pretendemos com este breve relato inserir o leitor no universo político venezuelano, visto que, para a maioria dos brasileiros, a Venezuela até o advento da *Revolución Bolivariana* era conhecida por ser um país muito rico em petróleo e muito ruim no futebol. Hoje são os raros os dias que não observamos na mídia brasileira notícias geralmente depreciativas sobre o Presidente Chávez, e o pior, uma intensa campanha que induz a uma corrida armamentista desencadeada por Caracas. Seja pela compra de aeronaves russas como o Sukhoi Su-30 MK, seja pela política ativa externa venezuelana. Para os que vivem próximos à fronteira, a Venezuela se estende de Santa Elena de Uairén, cidade fronteiriça, até a ilha de Margarita, onde por

rodovia podem acessar a este centro turístico no Caribe. Já para os venezuelanos o Brasil é “la línea” como é conhecida a pequena cidade de Pacaraima localizada na fronteira. A outra imagem é através da proliferação de telenovelas brasileiras, o que faz com que muitos venezuelanos acreditem que os brasileiros são iguais aos modelos da classe média carioca.

Mesmo com todos os problemas políticos enfrentados pelos venezuelanos e a recíproca falta de conhecimento ambos os países têm avançado em uma estratégia de aproximação. Tanto no nível diplomático, como nos contatos fronteiriços, uma vez que a consolidação dessa aliança poderá permitir a ambos uma estabilidade nos 2.119 km de fronteiras que compartilham podendo centrar as suas políticas de segurança a outras regiões mais problemáticas de seu arco amazônico, como a vizinha Colômbia. Assim vem ocorrendo uma aproximação entre o Brasil e a Venezuela nos últimos anos como os vários projetos em implementação como a liberação de recursos por parte do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar projetos empresariais conjuntos na Venezuela com a participação de empresas brasileiras em obras de vulto como a linha quatro do metrô de Caracas e a segunda ponte sobre o rio Orinoco. Além de projetos energéticos como a construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco (empreendimento entre a Petrobrás e Petróleos de Venezuela (PDV) e a conexão elétrica de Macágua com Boa Vista, além de uma crescente e significativa pauta de comércio bilateral majoritariamente favorável ao Brasil (Tabela 01).

Entretanto ocorreram períodos turbulentos como a suspensão das relações diplomáticas por iniciativa da Venezuela no período de 17 de abril de 1964 a 29 de dezembro de 1966,

devido o Golpe Militar de 31 de março de 1964 quando Caracas mesmo sob críticas adotou a “Doctrina Betancourt”¹⁶. E durante as negociações para o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) onde o temor pelo expansionismo brasileiro¹⁷ por vezes foi questionado. Até que em 03 de julho de 1978 foi assinado pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Tabela 1 - Balança comercial Brasil-Venezuela

Ano	Exportação*	Importação*	Saldo*	Corrente do* Comércio
2007**	4.251.864.080	320.325.054	3.931.539.026	4.572.189.134
2006	3.565.424.415	591.553.378	2.973.871.037	4.156.977.793
2005	2.223.705.818	255.605.407	1.968.100.411	2.479.311.225
2004	1.469.802.005	199.083.320	1.270.718.685	1.668.885.325

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior. Acesso em 15/12/2007.

Observações: * Valores em US\$ FOB.

**Os valores relativos ao ano de 2007 compreende o período de janeiro a novembro.

Para Kucinski (1978) ao negociar o TCA o governo militar brasileiro com habilidade estava impondo a sua tendência hegemônica na América do Sul ao isolar a Argentina na região do Rio da Prata e a Venezuela no Pacto Andino. Hoje sobre a renomeada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

¹⁶ Segundo Romero (1988) o Presidente Rómulo Betancourt (1959-1964) estabeleceu a “Doctrina Betancourt” ao ser empossado e que seria mantida até o fim do governo de Raul Leoni (1964-1969). Por ela o governo venezuelano era obrigado a romper relações com qualquer governo imposto pela força ou que se desviasse de um ideário liberal democrático.

¹⁷ A sagacidade dos portugueses em aumentar consideravelmente os seus domínios na América fez com que eles fossem considerados expansionistas. E durante o processo de independência na América do Sul enquanto as ex-colônias espanholas travaram uma guerra longa e se libertaram transformando-se em repúblicas o Brasil teve um processo relativamente pacífico de transição e se transformou em um império que durante a sua existência conseguiu ampliar o seu território em decremento das repúblicas vizinhas

(OTCA) contempla como linhas mestras a exclusividade dos países signatários em relação às políticas de desenvolvimento e de proteção desta região; a soberania dos Estados-Membros na utilização e preservação dos recursos de suas partes; a cooperação regional; as propostas regionais de desenvolvimento e proteção ambiental e a igualdade absoluta dos membros na tomada de decisões. Sendo uma iniciativa do período conhecido como pragmatismo responsável na política externa brasileira¹⁸ foi uma postura política ativa, visto que, na primeira década da ditadura com altas taxas de crescimento sustentadas pelos juros baixos e pelo otimismo do Brasil Potência pouca importância foi dada aos outros países amazônicos. Passado o período das vacas gordas veio a recessão mundial acompanhando a crise do petróleo. A dívida do país dispara como o descontentamento em relação ao regime ditatorial. Era o fim do milagre e ao mesmo tempo o descobrimento da integração regional como a política mais eficaz para deter as tentativas de “internacionalização da Amazônia”. Apesar de ser reconhecida como um instrumento que melhorou a confiança entre seus membros a OTCA continua sendo criticada por ser pouco eficaz quanto às resoluções dos principais problemas amazônicos (PROCÓPIO, 2005).

Outro momento delicado foi nos últimos anos da década de 1980 e no início da década de 1990 quando ocorreram graves incidentes na fronteira do Brasil com a Venezuela, mais precisamente nas nascentes do rio Orinoco. Milhares de garimpeiros invadiram a terra dos Yanomami do lado brasileiro em busca de ouro e rapidamente transbordaram para o lado

¹⁸ Período do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) que foi marcado por uma política externa independentemente relação aos interesses dos EUA e internamente pelo processo de abertura lenta, segura e gradual.

venezuelano. Ao tomarem conhecimento dos fatos setores da mídia, políticos e acadêmicos¹⁹ de Caracas voltaram a difundir o imperialismo brasileiro. Paralelamente a invasão iniciou-se a implantação na região do polêmico Projeto Calha Norte (PCN). Criado em 1985, no início do governo do Presidente José Sarney (1985-1990), pela então Secretaria Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional o PCN colecionou críticas de setores da sociedade civil desde a sua apresentação, como de ser a continuação dos projetos gestados no período ditatorial baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e por ter excluído a sociedade política e civil de seus processos de elaboração e de execução principalmente no trato com as populações indígenas. O que levou parte da opinião pública a acreditar que a invasão dos garimpeiros era a ponta de lança deste projeto dito expansionismo. Desta forma o clima nas relações entre o Brasil e a Venezuela havia alcançado o mais baixo patamar de sua história²⁰. E também havia despertado na vizinha Guiana e no Suriname o temor de serem as próximas vítimas²¹.

Com exceção destes períodos e desde o Tratado de Madrid (1750), estas relações tem sido amistosas. Este tratado firmado pelas coroas ibéricas representou para os portugueses uma vitória diplomática que em troca da paz no rio da Prata com a entrega da Colônia Sacramento e de possessões na Ásia, manteve a Amazônia devido à presença de suas missões e de tropas de exploração. Para tanto foi utilizado a tese de direito

¹⁹ O trabalho realizado por Mendible (1993) retrata como a imprensa escrita venezuelana noticiou a invasão dos garimpeiros e as reações que ela provocou.

²⁰ Além de inúmeras prisões de garimpeiros no território venezuelano em 1992 uma aeronave civil brasileira foi derrubada pela "Guardia Nacional de Venezuela" ocasionando a morte de seus ocupantes.

²¹ Sobre as implicações em relação a Guiana e o Suriname consultar Ely (1991).

romano do *uti possidetisi* na qual prevaleceu os seguintes princípios: a) na medida do possível demarcar os limites utilizando pontos geográficos conhecidos, e b) que cada parte deve permanecer com que já possui. Para as relações fronteiriças entre o Brasil e a Venezuela o Tratado de Madrid não foi só um marco jurídico, visto que até hoje os limites entre ambos Estados estão esboçados nele, mas com a tentativa de demarcar as fronteiras foi implementado a colonização destas áreas para dar apoio as comissões encarregadas. Para o oriente seus limites eram com as terras holandesas cedidas pela Espanha pelo Tratado de Munster (1648).

Durante o período entre a assinatura do Tratado de Limites e Navegação Fluvial (de 05 de maio de 1859) até os atuais empreendimentos, as relações entre ambos os países foram mais protocolares, com a exceção do pioneirismo do Presidente Caldera que, em seu primeiro mandato (1969-1973), uniu a zona conhecida como “Gran Sabana” com o restante do país e, conseqüentemente, aumentou a presença do Estado na fronteira. Após o período de transformação em Estados soberanos iniciaram os contatos para a realização de um tratado de limites. Sempre com a tentativa de permanecer fechado a livre navegação no Amazonas o governo brasileiro passa a negociar acordos bilaterais de limites mais precisamente de navegação, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, advoga a abertura da navegação no rio da Prata. Assim foram estabelecidos os tratados com o Peru (1851) e com a Venezuela tentando impor esta estratégia. Até que em 1867 o Brasil cedeu a livre navegação. Lembramos que o imperialismo britânico estava em ascensão como também o início do ciclo da borracha.

Esta fronteira não recebia até então atenção por parte do governo venezuelano pelo fato da tranqüilidade existente

na zona, visto que, do lado brasileiro, era também uma zona marginal, e nesta época a ditadura brasileira era conhecida pela sua aversão a qualquer forma de socialismo e aliada de primeira linha dos interesses ocidentais. Era o programa “La Conquista del Sur”, entregue a CVG e a “Comisión para el Desarrollo del Sur” (Codesur). “La Conquista del Sur” era uma resposta às desafiantes atitudes adotadas pelos governos militares brasileiros em relação à Amazônia, despertando temores entre os demais países que compartilham a região. Para Mendible (1993, 201) “sólo Venezuela tenía la capacidad económica para intentar una respuesta de contención”. A abertura da rodovia El Dorado-Santa Elena de Uairén era parte deste programa e na inauguração contou até com a presença do General Emílio Médice (fevereiro de 1973). Após a saída de Rafael Caldera o programa foi abandonado.

Outro fato geopolítico importante na configuração dessas fronteiras foram as disputas territoriais do Reino Unido com o Brasil pela região do rio Pirara que é parte da bacia do rio Branco. E com a Venezuela pela região a oeste do rio Essequibo até próximo do rio Orinoco. Londres aproveitava das indefinições limítrofes ocidentais de sua colônia, e utilizou como argumento os relatos das visitas do naturalista prussiano Robert Herman Schomburgk (1834-41). Os limites entre os três só foram definidos por laudos arbitrais: entre a Venezuela e o Reino Unido por um conselho reunido em Paris (1899) e entre o Brasil e o Reino Unido dado pelo Rei Vítor Manuel III (1904), digam-se, ambos favoráveis aos britânicos. Desde então Venezuela discorda do resultado do laudo alegando vícios processuais, e tem reivindicado todo o território à margem esquerda do rio

Essequibo mesmo após a independência da Guiana²². As negociações estão paralisadas e sujeitas ao Protocolo de Port-of-Spain de 1970, mesmo com o término de sua validade.

A entrada do Reino Unido na região iniciou-se com a ocupação da ilha de Trinidad (1797), então integrante da Capitania Geral da Venezuela e estrategicamente localizada no delta do Orenoco, cedida definitivamente pela Espanha no Tratado de Amiens (1802). Disputando espaços com a Holanda os britânicos em 1803 ocupam as colônias do Essequibo, Demerara e Berbice que são em definitivo incorporadas ao Reino Unido pelo Tratado de Londres de 1814. Em 1831 as três colônias passaram a ter uma administração central com o nome de *British Guyana*.

Desde os anos 1940 ocupar a Amazônia passou a ser um tema central para os militares brasileiros porque conseguia combinar a exploração de uma das últimas fronteiras do planeta ao projeto de construção da nacionalidade ao invocar o retorno ao universo dos bandeirantes, os primeiros construtores do território. Potencializado após o fim da II Guerra Mundial devido às constantes demonstrações por parte de potências extras regionais em tentaram interferir na região o que vinha despertando o temor de que parte da Amazônia viesse a ser submetida a formas de controle externas ou a limitações quanto à soberania estatal. Mesmo que para alguns estas tentativas de internacionalização não passam de manobras dos governos para poder implantar ou conservar políticas públicas sem a participação da sociedade civil.

²² O processo de independência de Guiana iniciou-se em 1960, quando o Reino Unido se declarou favorável a este acontecimento. Entretanto esta só se concretizou em 26 de maio de 1966 por causa das pressões do Departamento de Estado Americano (GARAVANI, 1988) devido ao temor de uma nova experiência socialista no hemisfério ocidental representada na figura de Cheddi Jagan e o seu Peoples's Progressive Party (PPP).

Do lado brasileiro as tentativas de ocupar o então considerado deserto verde amazônico com os seus projetos de levar homens para regiões de fronteira estavam sobre a influência das teorias geopolíticas de Ratzel e Mackinder, que desde os anos de 1930 influenciaram os trabalhos de Everardo Backheuser, Lysias Rodrigues e Mário Travassos. Este último influenciou nas medidas concretas para ocupar os enormes espaços desarticulados do Brasil. Para ele (TRAVASSOS, 1935) havia a necessidade do Brasil anular o predomínio geopolítico da Argentina sobre os vizinhos Bolívia, Paraguai e Uruguai, transportando para a América do Sul o conceito de *hermland*, localizada na Bolívia. E os antagonismos entre a vertente atlântica versus a pacífica e entre as bacias do Amazonas e a Prata, o que acabou realçando nos vizinhos a imagem do imperialismo brasileiro.

Assim no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi construída e inaugurada Brasília, a nova capital, como também foi aberta a rodovia Belém-Brasília, a primeira de uma série de rodovias consideradas estratégicas. A utilização de princípios geopolíticos somados com o planejamento regional foram as bases para as grandes transformações territoriais ocorridas principalmente na Amazônia depois do Golpe Militar de 1964, sem dúvida influenciada pelos estudos elaborados pelo General Golbery de Couto e Silva durante os anos 1950 e 1960. Para ele o Brasil deveria ser um aliado dos interesses ocidentais principalmente na zona do Atlântico Sul. Para tanto era necessário dotar o país de uma estrutura moderna transformando-o em uma potência. Ele dividia o Brasil em cinco áreas: o núcleo central, as penínsulas sul, nordeste e centro-oeste e a ilha amazônica. A receita era uma manobra geopolítica

para a integração nacional que previa “inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão este-oeste seguindo o eixo do grande rio” (SILVA, 1967, p. 47).

Durante o governo de Emílio Médice (1969-1974) foram executados planos de ocupação da Amazônia muito próximos da proposta descrita acima. Podemos exemplificar com as rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém que serviram de bases para os projetos de colonização e incentivaram a migração para determinados núcleos urbanos. Mas durante os anos 1970 ocorrem mudanças na geopolítica para a Região Amazônica com a introdução do conceito de Pan-Amazônica. Era uma proposta para diminuir o isolamento provocado pela interiorização das fronteiras amazônicas. Para Mattos (1980, p. 175) esta estratégia “somente será exequível se apoiada numa vontade coletiva multinacional, que resultará em legítimo espírito de cooperação”. Desta forma a união de uma diplomacia integracionista mais a criação de pólos de irradiação de desenvolvimento poderiam dinamizar as relações da Amazônia com o resto do país e com os países vizinhos.

Entretanto a crise econômica dos anos 1980, mais os problemas ambientais provocados durante o período de “inundação de civilização” despertaram na opinião pública mundial e regional para as falhas do modelo de política espacial adotado pelo Brasil, o que levou a uma redução das transferências de capitais. É deste período a abertura da rodovia Perimetral Norte (BR- 210), que deveria partir de Macapá capital do Estado do Amapá e margear a uma distância de 150 km toda a fronteira norte até a cidade de Tabatinga na divisa com

a Colômbia e o Peru. Desta forma a fronteira venezuelana estaria exposta às políticas de colonização que já estavam sendo implantadas em outras partes da Amazônia. Depois de alguns anos e de pequenos trechos construídos o projeto foi abandonado restando apenas os assentamentos rurais do projeto Anauá e os desastres como o elevado grau de mobilidade e mortalidade entre os Yanomami, que então viviam em isolados na região dos rios Ajarani e Catrimani.

A diminuição do fluxo de capitais em direção à Amazônia brasileira não foi suficiente para deter o crescimento dos conflitos sociais decorrentes destas estratégias expansionistas do Estado. Assim, mesmo com projetos de exploração mineral em grande escala como o Programa Grande Carajás, implantado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em parceria com empresas multinacionais; a consolidação do pólo industrial de Manaus, coordenado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e os diferentes mecanismos de ocupação da terra que vão desde as grandes empresas de agro-negócio até os assentamentos comandados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), mediados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não impediram o transbordamento desses conflitos em direção aos países vizinhos.

O governo do presidente José Sarney pode ser classificado como um período de transição entre o regime militar e o retorno da democracia no Brasil. Esta característica também está presente quanto aos aspectos relacionados à segurança e à defesa. Se de um lado tivemos o esforço de engenharia diplomática para construir uma comunidade de segurança junto a Argentina, por outro lado tivemos o aumento das tensões no

extremo norte, mais especificamente na tríplice fronteira entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela. Em parte estas tensões foram provocadas pela forma quase secreta que se iniciou a implantação do então Projeto Calha Norte (PCN).

Em sua etapa inicial os destaques foram a construção de pelotões de fronteira complementados por pistas de pouso, o que o caracterizou para alguns comentaristas como um projeto exclusivamente militar²³. Sua área de atuação representava 14% do território brasileiro dividido em três áreas: a faixa de fronteiras eleita como prioritária²⁴; com 150 km de largura através dos 6.771 km de limites com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa; o *hinterland* e a zona ribeirinha. Foi configurado em vários projetos especiais como o incremento das relações bilaterais e a intensificação e recuperação de marcos fronteiriços, o aumento das ações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do efetivo militar.

Na faixa de fronteiras áreas foram selecionadas devido a concentração de problemas. Toda a faixa de fronteira com a Venezuela foi considerada e estava dividida em: Área Yanomami, Área de Roraima e Área do Alto Rio Negro. A Área Yanomami estava localizada em uma faixa de 900 km de fronteira com a Venezuela, onde também residem contingentes dessa etnia. Ela também é conhecida pela fragilidade do solo e de seus ecossistemas e pela grande riqueza mineral além de pressões observadas para constituir um Estado independente

²³ Algumas foram utilizadas pelos garimpeiros em suas incursões como a de Paapiú em plena área Yanomami.

²⁴ Entre os problemas existentes na faixa de fronteira destacamos a carência de serviços junto às populações indígenas, solos frágeis e subsolos com muitos recursos minerais mais as atividades ilegais como o narcotráfico, a mineração predatória e várias formas de contrabando.

Yanomami. Estes fatores mais a debilidade política de um governo de transição no Brasil fizeram com que surgissem opiniões afirmando que a presença dos garimpeiros havia sido no mínimo incentivada pelo PCN, inclusive da existência de um plano para exterminar os Yanomami utilizando os garimpeiros para o trabalho sujo e com a anuência de Brasília (MONTROYA, 1989). Infelizmente uma ação de um grupo de garimpeiros que assassinaram por motivos fúteis um número ignorado de Yanomami, inclusive de crianças e mulheres, na localidade de Haximu contribuiu para reforçar estas teorias²⁵.

Foi necessário que o governo brasileiro tomasse medidas para desocupar a terra dos Yanomami e demonstrar pela diplomacia o não envolvimento direto do Estado com a invasão. Uma vez que, entre os avanços políticos ocorridos na história recente do Brasil, destacamos a promulgação da Constituição de 1988. Nesta o Estado brasileiro é pluriétnico, ou seja, reconhece o direito a diferença étnica e a autonomia dessas etnias em relação à sociedade nacional. Entretanto, muitas acusações contra setores governamentais continuam como a manutenção de políticas integracionistas²⁶ praticadas desde o início do século XX e da pretensão em abrir aos grupos internacionais as grandes reservas minerais localizadas em áreas

²⁵ Fato ocorrido em 1993 que foi a princípio acompanhado pelas autoridades brasileiras que depois de alguns dias que se descobriu que Haximu encontra-se do lado venezuelano da fronteira, o que provocou um mal-estar ainda maior nas relações os dois países.

²⁶ É verdade que o Exército, inspirado no positivismo e na obra do Marechal Cândido Rondon tem desempenhado um papel catalisador da nacionalidade e de construtor da civilização. Inclusive hoje em muitos pontos do território brasileiro, principalmente na Amazônia, são as Forças Armadas que executam serviços públicos (educação, saúde, fornecimento de energia, comunicação, segurança pública e transporte) para as populações locais, inclusive indígenas.

indígenas. Em 1990 o Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) determinou a destruição das pistas de aviação clandestinas operadas pelos garimpeiros como a desocupação das terras dos Yanomami. E em 1991 assinou o decreto criando a Terra Indígena Yanomami com uma superfície única de 9.664.975 hectares²⁷.

A determinação de ambos os governos foi decisiva para o retorno da confiança mútua e para a implantação de arrojado plano de cooperação fronteiriça que vem sendo construído. Estes iniciaram com o *Protocolo de Gusmanía*, firmada durante os governos de Rafael Caldera (1994-1999) e Itamar Franco (1992-1994). Para Vizentini (1996, p. 137) “o surgimento de semelhanças e pontos de convergência entre Brasília e Caracas se refere à conversão da política externa em instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com países hegemônicos, em particular os EUA, e a formação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha)”. Processo que culminou com a proposta venezuelana de ser um membro pleno do Mercosul.

A segunda área prioritária para o PCN era a de Roraima, zona da fronteira tríplice com a Guiana e a Venezuela, região onde ocorre a disputa territorial entre esses países. Além desses problemas territoriais também está localizada a Terra Indígena Raposa - Serra do Sol²⁸. Sobre a reivindicação da Venezuela de dois terços do território da República Cooperativa da Guiana

²⁷ Recordamos que os Yanomami têm a sua população uniformemente distribuída em uma região cujo centro é a Serra Parima, *divortium aquarum* entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas.

²⁸ Depois de muitas críticas de setores ligados à causa indígena, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em 19 de abril de 2005.

podemos afirmar que Venezuela não se conformou com o resultado do Laudo de Paris, apesar de haver sido obrigada na época por pressão norte-americana a recorrer a este expediente. Diante de uma melhor conjuntura internacional e com a proximidade da independência da Guiana, a Venezuela apelou para a Organização das Nações Unidas (ONU) propondo a nulidade do laudo (1962). Esta política deu resultados positivos como o Acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966 e com o Protocolo de Protocolo de Port-of-Spain de 18 de junho de 1970.

Uma vez iniciadas as negociações, Venezuela vem alternando suas posições: ora manifestando a vontade de recuperar a totalidade do território disputado. Tática necessária para despertar a opinião pública venezuelana, entretanto, pouco prática para as negociações, já que, para a Guiana representaria o seu suicídio enquanto Estado, pois a zona em disputa é de aproximadamente 159.500 km² de extensão, ou dois terços de seu território, que é de 214.969 km². Ora manifestando aceitar uma compensação territorial parcial. Resumindo, Venezuela soube entrar em uma disputa mais não está sabendo sair. Sobre este assunto consultamos a posição de Romero:

Pienso que Venezuela puede reparar, aunque sea en parte, el despojo de 1899, pero que es iluso creer que Guyana negociará de buena fe sin que se apliquen presiones cada vez más intensas de nuestra parte, políticas, económicas y militares. Si nuestros dirigentes (que son los que deben hacerlo) son serios a la importancia de esa reclamación para el país, deberán esforzarse para hacer comprender a los venezolanos las dificultades reales del asunto, para que ninguno de nuestros compatriotas siga viviendo de ilusiones o alimentando mitos (ROMERO, 1987, p. 272).

A última área prioritária para o PCN era a do Alto Rio Negro, fronteira tríplice com a Colômbia e a Venezuela, região também conhecida como “cabeça do cachorro”. Além dos problemas de legalização fundiária de várias etnias, presentes praticamente em toda a área, as maiores preocupações estão relacionadas com a presença do narcotráfico, as atividades de grupos guerrilheiros, a mineração ilegal e o contrabando²⁹. Região que teve aumentada a sua importância estratégica após o anúncio do Plano Colômbia, envolvendo diretamente os EUA. Anunciado em agosto de 1999, tem sido a maior interferência direta norte-americana na América do Sul desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Motivo de preocupações para os vizinhos já que este auxílio vinha principalmente na transferência de materiais bélicos e no treinamento de tropas prontas a responder a uma guerra assimétrica. E mesmo armando a Colômbia de armas modernas não conseguiu cumprir com os seus objetivos, ou seja, tentar deter o avanço de poderosas redes paralelas de poder com ramificações internacionais ligadas a narcotraficantes e a grupos guerrilheiros. E que a partir do governo do Presidente George W. Bush (2001-) e de sua luta contra o terrorismo estas ações passaram a fazer parte da agenda de defesa hemisférica:

En síntesis, Colombia se ha transformado en el aliado latinoamericano más cercano a los Estados Unidos. Entra las pruebas de esta amistad se subraya el apoyo prestado por el gobierno colombiano a Washington durante la guerra contra Irak, así como su adhesión decidida a las posiciones de la administración Bush

²⁹ Como o ataque supostamente das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) a um destacamento do Exército Brasileiro na região do rio Traíra (26.02.1991) ocasionando a morte de três soldados brasileiros.

en su lucha contra el terrorismo. A mediados de 2002, el Congreso estadounidense aprobó la iniciativa de la administración republicana de dejar atrás la tradicional separación existente entre la asistencia económica y militar de Washington a Colombia en lo que se refería a la lucha contra el narcotráfico y el combate a los grupos armados, Desde ese momento, la estrategia pasó a ser única y el eje pasa a ser la eliminación del narcoterrorismo (HIRST, 2003, p. 73).

Todo este esforço era para reprimir o plantio e o comércio de substâncias psicotrópicas reduzindo a oferta e conseqüentemente o consumo de drogas como a cocaína nas cidades americanas. Os opositores recordaram do envolvimento americano no Vietnã e advogam por medidas menos traumáticas como o fim dos paraísos fiscais ou mais utópicas como alternativas para melhorar a distribuição internacional das riquezas. Desde o início está claro que seria uma tarefa difícil visto que o narcotráfico movimenta uma soma próxima a quatro bilhões de dólares/ano e está estruturado em uma eficiente rede empresarial internacional. Enquanto a ação dos grupos guerrilheiros parece que o futuro é mais incerto, visto que, para os especialistas a violência política colombiana remonta às várias guerras civis entre conservadores e liberais e está tão sedimentada socialmente, que tentativas de engenharia política como a recente Constituição (1991) não surtiram bons resultados. Dizem que há uma simbiose entre o narcotráfico e a guerrilha, como também existem fortes ligações entre o narcotráfico e os meios formais de poder.

Rebatizado no governo do Presidente Álvaro Uribe (2002-) como “Plan Patriota”, continua sendo a principal preocupação para os formuladores de políticas de defesa no Brasil e na Venezuela. Seja pelo transbordamento dos problemas

colombianos para os territórios vizinhos. Seja pela presença de um poder das dimensões dos EUA. O que ocasionou não só o revigoramento do PCN, que desde 1999 é chamado de Programa Calha Norte, mais também a ampliação de sua área de ação³⁰. Para Nascimento (2006) o PCN conseguiu este caráter permanente porque além de estar inserido nos preceitos da Política de Defesa Nacional (PDN), também se adaptou ao paradigma da sustentabilidade. E compõe com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e de seu subsistema o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) o “Estado em rede” na Amazônia.

Assim como o PCN, ao ser apresentado o Sipam/Sivam recebeu críticas de vários setores sociais, principalmente de entidades científicas devido a pouca participação da comunidade acadêmica na elaboração e na execução do sistema de vigilância. Também se questionou sobre a sua efetividade e a lisura do processo licitatório. É o maior projeto de vigilância instalado no Brasil e que permitiu o desenvolvimento de programas gerenciais e de aeronaves como os R99-A, R99-B e A-29 (Super Tucanos), todos de fabricação nacional. No aspecto da segurança regional o Sipam/Sivam poderia transformar-se em uma importante base de informações para os demais países amazônicos. Para Vaz (2004, p. 159) “los temas del desarrollo en áreas fronterizas y el impulso del sistema de vigilancia y control del tráfico aéreo y del espacio territorial son los principales vectores de la cooperación entre Brasil y sus vecinos

³⁰ “Atualmente, o Programa abrange 194 municípios em seis estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 são ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira. O PCN tem uma área de atuação que corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais inclui-se 30% da população indígena do Brasil”. Dados disponíveis em: https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao. Acesso em: 15 dez. 2007.

en materia de seguridad”. Entretanto com a negativa da Embraer em vender aeronaves A-29 para a Venezuela, devido ao embargo promovido pelo governo norte-americano, as relações entre esses dois países no aspecto de defesa ficou desgastada.

Cenários para o Brasil e a Venezuela

Devido à não renovação de uma concessão para um canal de televisão o governo do Presidente Chávez vem sofrendo uma campanha da imprensa brasileira e de setores políticos que o acusa de ser um tirano e que desencadeou uma corrida armamentista no continente. Além de interferir em questões internas de vários países da América Latina. Por isso o seu governo não cumpre com o Protocolo de Ushuaia (1998) porque o seu sistema político não é democrático. Para eles a Venezuela está impedida de tornar-se um membro pleno do Mercado Comum do Sul (Mercosul)³¹. Esse que é uma das principais iniciativas de integração regional da atualidade, oficializado em 1991 quando os presidentes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, assinaram o Tratado de Assunção. Para Vaz (2002) a construção do Mercosul foi fruto da convergência dos interesses da Argentina e do Brasil para a restauração plena e a consolidação da democracia. Assim, antes de ser um acordo econômico, o Mercosul é uma obra de política regional. Portanto, é de interesse do Brasil que a Venezuela seja um membro pleno por 4 motivos. Primeiro, manteria resguardada a Amazônia como zona estratégica de paz para o continente. Segundo,

³¹ Proposta apresentada em julho de 2006 durante a XXX Reunião Ordinária realizada em Córdoba, Argentina.

serviria para contrabalançar no conjunto os momentos de possível instabilidade oriundas de Buenos Aires. Terceiro, pelo seu passado de aproximação com a América Central e com o Caribe a Venezuela poderá liderar estas regiões em um futuro processo de aglutinação. Quarto, por ser o setor produtivo venezuelano mais próximo do brasileiro³².

Já para Caracas, entrar para o Mercosul, muito além dos ganhos econômicos, representa o apoio político fundamental para tentar recuperar o papel desempenhado nos anos de 1970 e de 1980 quando exercia uma forte liderança junto à comunidade caribenha. Esta relação com o Caribe é vital para equilibrar as suas contraditórias relações com a Colômbia. Estas já sofreram ao longo dos anos a partir da dissolução da *Gran Colombia* idas e vindas e atualmente encontra-se em uma fase morna devido à aliança de Bogotá com Washington e às divergências políticas entre Chávez e Álvaro Uribe no trato com a guerrilha. Quanto à questão do Essequibo, tanto Brasília como Caracas poderão atrair a Guiana e o Suriname para o bloco, inclusive todos demais membros da *Caribbean Community* (Caricom).

Sobre as críticas em relação à corrida armamentista basta consultar os dados da Figura 1, que trata dos orçamentos para defesa dos países da América do Sul, para verificar que no momento isso não está ocorrendo. Depois de muitos anos com orçamentos diminutos e defasagens tecnológicas de monto alguns países estão aproveitando da descompressão econômica para recuperar este importante setor estatal. No caso brasileiro

³² Segundo Cervo (2001, p. 11), o setor produtivo venezuelano é mais próximo do brasileiro do que o argentino, ou seja, é mais forte e dinâmico. Podendo compartilhar com mais facilidade das políticas econômicas regionais, além da balança comercial ser muito favorável ao Brasil o que permite maior flexibilidade.

desde o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que a Força Aérea Brasileira (FAB) aguarda o término da licitação de um novo caça. Quando da posse do Presidente Lula um de seus primeiros atos foi congelar o projeto do F-X. No caso do submarino de propulsão nuclear, projeto que anos aguarda recursos para a sua conclusão, foi necessário a descoberta de uma importante reserva de petróleo em águas profundas para que o Ministro da Defesa afirmasse da necessidade do país ter tal equipamento. Enquanto a Venezuela, antes de adquirir as aeronaves russas, encontrava-se em uma situação mais crítica do que a brasileira, visto que, o seu principal vetor aéreo o caça norte-americano F-16 está sem armamentos e sem peças de reposição devido ao embargo de Washington. E que os seus pilotos ainda estão em uma fase de adaptação ao novo equipamento e a nova doutrina de emprego.

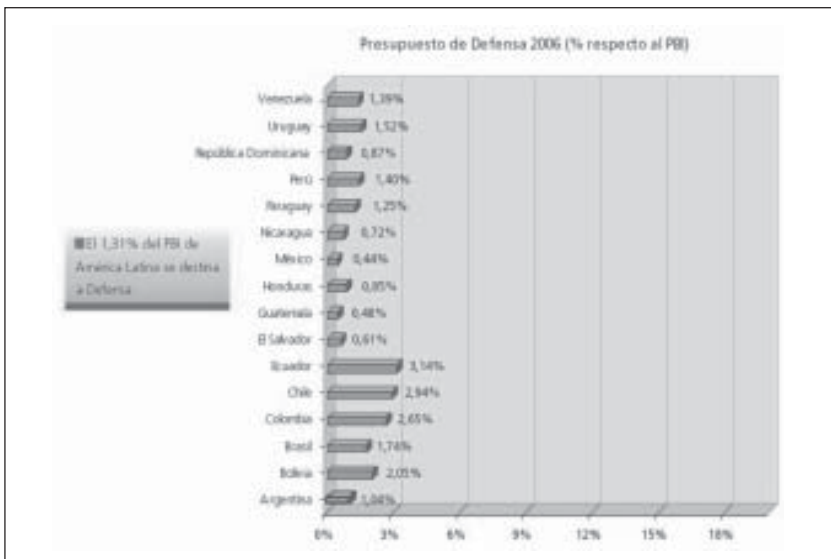


Figura 1 – Orçamento de defesa (% relativa ao PIB)

Fonte: Elaborado por la Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL) en base a las leyes de presupuesto para el año 2006 de cada país. Última actualización: abril 2007.

Portanto, acreditamos que, para ocorrer uma verdadeira corrida armamentista na região será necessário um aumento significativo dos gastos militares. Além de que 70,58 % dos atuais orçamentos são para cobrir despesas pessoais (Figura 2). Outro fator estratégico é a influência tradicional norte-americana. Um aumento das exportações de armas oriundas de países não ocidentais provavelmente levará a uma resposta dura dos EUA. E que a maioria dos países da região não possuem tecnologia autônoma suficiente como bem demonstrou o embargo à venda de aeronaves para a Venezuela.



Figura 2 – Distribuição do orçamento de defesa da América Latina, 2006

Fonte: Elaborado por la Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL) en base a las leyes de presupuesto para el año 2006 de cada país. Última actualización: abril 2007.

Entretanto há uma proximidade estratégica no emprego das forças terrestres entre o Brasil e a Venezuela. Ambos estão desenvolvendo estratégias de defesa baseadas em confrontos

assimétricos³³, posto que enfrentar um inimigo muito mais forte dentro dos conceitos de uma guerra regular seria algo impossível. Enquanto o Brasil vem transferindo unidades militares de outras regiões e desenvolvendo toda uma teoria de guerra baseada no conhecimento do terreno e na adaptabilidade de seus soldados aos ecossistemas amazônicos, também conhecida como a Estratégia da Resistência. Para Martins Filho (2003), ela é hipoteticamente baseada nas reflexões de André Beaufre sobre a estratégia de promover através da usura moral a lassidão do inimigo, incorporando os resultados negativos obtidos pelos EUA na Guerra do Vietnã e da experiência brasileira na Guerrilha do Araguaia. A Venezuela se prepara para “La Guerra Assimétrica”, que deverá ser travada em espaços urbanos, ao estilo dos combatentes da resistência iraquiana. Por isso da compra de armamentos leves em grandes quantidades como os fuzis Kalashnikov e do preparo de milícias civis. Em ambos os casos o inimigo provável será os EUA com ou sem um mandato de uma organização multilateral, só ou como líder de uma coalizão. Atualmente nenhuma grande potência tem condições de perpetrar tal ação sem o apoio dos EUA. Muitas são as causas e as possibilidades para justificar esta ação, basta uma etnia dividida pela fronteiras nacionais proclamar a sua independência ou um incêndio florestal fora de controle. Operações conjuntas nas áreas de fronteira poderão ser de grande valia neste cenário remoto.

³³ Lind (2005) descreve as mudanças ocorridas na guerra moderna até a passagem para a de quarta geração. Sua principal característica é a falta de um exército regular estatal o que a torna uma guerra sem cenário definido. Entretanto ela também possui qualidades antigas como os vários nomes que ela pode adotar: de guerrilha, de baixa intensidade, insurrecional, assimétrica e de resistência.

Paralelamente ambos os países preparam as suas forças para enfrentar inimigos de igual poder e também projetar-se a territórios alheios. Evidentemente que se tratando de política a melhor opção sempre será os caminhos da diplomacia. Entretanto podemos imaginar cenários de conflitos onde um Estado possa querer se impor além do convencionalmente aceito. De novo se pensa na Colômbia como a principal ameaça desta vez sob o mando dos EUA, utilizando tropas regulares ou não. Como o temor de que uma vez expulsos os grupos insurretos possam transferir-se para as selvas limítrofes o que levaria a uma ação preventiva colombiana. Ou no caso de um impasse que comprometa a segurança do Estado colombiano o que poderá levar ao aumento da presença militar norte-americana, o que justificaria a compra de aeronaves de ataque Sukhoi Su-30 MK por Caracas. Concordamos com a opinião de Villa (2007) de que não há argumentos para a tese da corrida armamentista sul-americana, pois o que de fato está ocorrendo é um reaparelhamento.

Outros cenários prováveis poderão ser os desdobramentos da crise interna boliviana e da resolução do problema territorial do Essequibo. Em ambos os casos haverá a possibilidade de que o Brasil e a Venezuela estejam em campos opostos. A atual situação boliviana vem realçar a instável história política desse país, agravada pela aliança entre os Presidentes Evo Morales e Hugo Chávez. Há sérios riscos de secessão entre os departamentos mais ricos que estão na oposição e fronteiriços com o Brasil e que compõem a “Nación Camba”, e os departamentos andinos mais pobres e que apóiam Morales. Para Hirst (2006, p. 103) esses riscos de secessão estão na incapacidade do Estado em atender as reclamações sociais, provocada “em grande parte, pela natureza irreconciliável dos projetos e posições sustentados pelos partidos, organizações

sociais, comunidades indígenas, sindicatos, movimentos camponeses e dos empresários e entidades regionais”. No caso de uma guerra civil na Bolívia ela será pela manutenção do atual território ou para evitar qualquer retaliação aos grupos separatistas. Em ambos os casos, Chávez terá um papel importante em apoiar ao governo institucional. Para ele estrategicamente é importante o controle do *hertland* continental, e como a Bolívia não tem fronteiras com o seu país melhor ainda. Já do lado brasileiro após os ressentimentos pelos desacordos energéticos é hora de voltar a investir na Bolívia para, além de ampliar o fornecimento de gás e isolar os opositores das barragens do rio Madeira, garantir ao governo de La Paz recursos para amenizar os muitos problemas sociais e evitar uma onda de refugiados para o seu lado da fronteira.

Quanto à questão do Essequibo, vale lembrar que já ocorreram vários conflitos armados³⁴ na região envolvendo direta e indiretamente tropas da Guiana e da Venezuela. O mais grave foi a Revolta do Rupununi, ocorrida nos primeiros dias de 1969 na região fronteira entre o Brasil e a Guiana. Ocorreram também pressões econômicas por parte da Venezuela ao interceder junto ao Banco Mundial para que esta instituição não aprovasse os recursos financeiros para a construção do *Upper Mazaruni Hydro-Electric Project* (1981), assim como tem pressionado a quaisquer tentativas de exploração da região³⁵. Há a possibilidade remota de uma

³⁴ O último incidente ocorreu em 15 de novembro de 2007 na região do rio Cuyuni quando um grupo de militares venezuelanos adentraram em território guianense, conforme noticiado pelo jornal *Strabroek News*. Disponível em: <http://www.stabroeknews.com/> Acesso em: 20 dez. 2007.

³⁵ Citamos os casos de duas empresas petrolíferas norte-americanas, uma empresa madeireira chinesa e a tentativa da empresa norte-americana *Beal Aerospace Technologies Inc.* que pretendia instalar uma base de lançamento de foguetes na região do Essequibo.

aventura militar por parte da Venezuela em recuperar pelas armas o território em disputa. Isto seria o último ratio para aumentar a popularidade e que pela experiência das Malvinas é altamente desaconselhável. Do lado brasileiro existe um plano de integrar por rodovia Boa Vista a Georgetown, assim permitindo um acesso dos brasileiros ao Atlântico norte e atraindo a Guiana para a sua órbita de influência. Falta combinar com Caracas se pode atravessar a zona em disputa. Entretanto, preocupante é a pretensão da Guiana em permitir que entidades britânicas gerenciem projetos ambientais de uma parcela de seu território em troca de auxílio financeiro.

Considerações finais

Pretendemos com este trabalho mostrar os desafios enfrentados pelo Brasil e pela Venezuela diante dos problemas relacionados com a segurança e a defesa. Desta forma necessariamente tivemos que tratar de suas porções amazônicas e das relações com os países vizinhos. Apesar da existência de uma instituição como a OTCA e dos grandes avanços nas relações bilaterais, pouco se tem de concreto na busca de medidas conjuntas para prevenir futuros cenários conflituosos inclusive com a participação de potências com poderes desproporcionais. No entanto, ambos os países têm buscado caminhos para uma integração mais harmoniosa. Eles têm muito mais fatores convergentes do que divergentes. E desde a época colonial sempre utilizaram da diplomacia. Insistimos que esta parceria poderá trazer para ambos os benefícios políticos indispensáveis para a construção de uma nova ordem mundial para além do unilateralismo atual. Independente de seus governantes os brasileiros e os venezuelanos têm sabido relacionar-se com retidão e têm sido bons exemplos para as relações internacionais.

Eles têm uma grande responsabilidade por estarem inseridos em uma área de grande vulnerabilidade como é a Amazônia. Vimos que desde o final dos anos sessenta que os Estados envolvidos vêm tentando incorporar a Amazônia em seus planejamentos estratégicos. Para tanto muitos erros foram cometidos, principalmente em se tratando das relações com as populações indígenas e o manuseio dos recursos ambientais. Hoje o Brasil e a Venezuela devem procurar administrar as suas zonas especiais a partir do paradigma socioambiental em oposição ao antigo sistema de economia de fronteira. Estados com grandes reservas naturais como o Brasil e a Venezuela, mais que não possuem suficiente tecnologia para explorá-los dentro deste novo paradigma, podem sofrer pressões externas para realizar recortes territoriais isolando-os daqueles onde os padrões são os tradicionais. Assim se faz necessário o estabelecimento de redes epistêmicas para buscar esses novos conhecimentos. Seria um grande passo integracionista se as universidades e os centros de pesquisa não apenas desses dois países, mas de toda a Amazônia pudessem unir esforços para aumentar o conhecimento dessa região. Uma vez instaurado um clima de confiança institucional então poderia haver a expansão para outras áreas do conhecimento, inclusive para tecnologia sensíveis. Temos o exemplo da cooperação entre a Argentina e o Brasil no lançamento de um foguete levando experimentos conjuntos. Já temos o Sipam/Sivam que poderia ser compartilhado pelos demais países amazônicos.

Muito do que se tem dito sobre os eventuais conflitos regionais baseados em fatores conjunturais como o reaparelhamento de alguns países. Existe uma grande distância entre substituir uma aeronave que há muito está defasada

tecnologicamente e enxergar hordas de guerreiros atravessando a fronteira. Evidentemente que o Presidente Hugo Chávez possui características pouco usuais no meio diplomático, mais a nível interno ele tem consultado aos cidadãos com muita freqüência e também tem convivido com uma oposição disposta a golpes, greves gerais e sabotagens. Muitos desses problemas são dos venezuelanos e cabe a eles resolverem. Quanto à ingerência em assuntos internos de outros países vimos que faz parte do ideário diplomático venezuelano desde as campanhas libertárias de Simón Bolívar.

Quanto à possibilidade de uma potência (leia-se EUA) de intervir e até mesmo ocupar partes da Amazônia, não cremos que esta hipótese se concretizará a curto tempo. Entretanto concordamos com as estratégias adotadas por ambos os países. Há de se conviver com a presença norte-americana, entretanto, também devemos procurar ampliar as alianças com as grandes potências e com as potências regionais. A questão energética poderá representar um vetor muito importante, inclusive com repercussões na Amazônia.

Infelizmente grande parte dos problemas vividos nesta região estão relacionados com a falta do Estado. Seja em questões de segurança pública, seja em questões mais elementares como a saúde. Assim há que investir mais na estrutura estatal sem cair na tentação de aumentar as amarras jurídicas e burocráticas que tanto atrapalham os processos de integração. Quanto à entrada da Venezuela no Mercosul há um dito popular que afirma: quero os amigos próximos e os inimigos mais próximos ainda.

Referências

ARVELO, Alberto. **En defensa de los insurrectos**. Mérida: Editorial Venezolana, 1992.

BATTAGLINI, Oscar. **La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano**. Caracas: Ediciones FACES-UCV, 2002.

BECKER, Bertha. **Amazônia, geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BOTTÓ, Luis Alberto. Nuevo profesionalismo militar de seguridad interna y desarrollo nacional e intervención política de militares populistas y radicales en Venezuela. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y Poder em Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005. p. 139-177.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry e WÆVER, Ole. **Regions and powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CABRAL, Otávio. **Em que os militares miram**, Veja, 2036, 28 nov. 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/281107/p_130.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2007.

CERVO, Amado. O eixo Venezuela-Brasil. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, n. 07, p.10-11, 2001.

DIETERICH, Heinz, **¿Quién hizo fracasar el golpe militar contra Hugo Chávez?** Disponível em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=30048>. Acesso em: 14 ago. 2006.

ELY, Roland. Las implicaciones del Proyecto 'Calha Norte' de Brasil para Guyana y Suriname. **GEOSUR**, Montevideo, XII, n. 133-134, p. 33-46, 1991.

GARCIA, Marco. A política externa brasileira: novo ciclo histórico. **Panorama da Conjuntura Internacional**, São Paulo, n. 17, p. 8-9, 2003.

GARRIDO, Alberto. **La guerra (asimétrica) de Chávez**. Caracas: Alfadil, 2005.

HARDY, Alfredo. **La maldición de Sísifo**. Caracas: Editorial Panapo, 1991.

HERZ, Mônica. Regionalismo e segurança regional: perspectivas analíticas. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). **Líderes regionais e segurança internacional**, Documento de Trabalho N° 04. Disponível em: <www.unb.br/Irel/Ibsa>. Acesso em: 01 fev. 2007.

HIRST, Mônica. Seguridad regional en las Américas. In: GRABENDORFF, Wolf (ed.). **La seguridad regional en las Américas**. Bogotá: FESCOL, 2003. p. 25-80.

_____. Crise do Estado e segurança regional: novos desafios para a América do Sul. In: CARVALHO, Maria e SANTOS, Maria (organizadoras). **O século 21 no Brasil e no mundo**. Bauru: Edusc, 2006. p. 73-115.

IRWIN, Domingo. Sencillamente complicado: ¿reformulando las relaciones civiles y militares en Venezuela; un decálogo de buenas intenciones? In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y poder en Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005. p. 311-375.

JIMÉNEZ, Juan. La Democracia en la Venezuela de Hugo Chávez: una aproximación al conflicto sociopolítico (1998-2004). In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y poder en Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005. p. 205-269.

KELLY, Jane; ROMERO, Carlos. **Venezuela y Estados Unidos**. Coincidencias y conflictos. Caracas: Ediciones IESA, 2005.

KUCINSKI, Bernado. La Amazonía y la geopolítica del Brasil. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 37, p. 26-30, 1978.

LEONARDI, Victor. **Fronteiras amazônicas do Brasil**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

LIND, William. Compreendendo a guerra de quarta geração. **Military Review**, edição brasileira, p. 12- 17, jan.-fev. 2005.

MARTINS FILHO, João. A visão militar sobre as 'novas ameaças' no cenário da Amazônia brasileira. In: MATHIAS, Suzeley; SOARES, Samuel (orgs.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003. p. 245-279.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

MENDIBLE, Alejandro. **Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1993.

MONTOYA, Rúben. El pueblo Yanomami: ocupación capitalista de la tierra y genocidio. In: CASTRO, Edna; MARIN, Rosa. **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFPA, 1989. p. 103-147.

NASCIMENTO, Durbens. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 97-117.

PROCÓPIO, Argemiro. **Desafio amazônico**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROLANDO, Inês; PACHECO, Giannina. **Estudio de las relaciones civiles militares em Venezuela desde el siglo XIX hasta nuestros días**. Caracas: UCAB; Centro Gumilla, 2005.

ROMERO, Aníbal. **La miseria del populismo**. Caracas: Ediciones Centauro, 1987.

ROMERO, Carlos. **Jugando con el Globo**. Caracas: Ediciones B, 2006.

ROMERO, María Teresa. La doctrina Betancourt y su papel en el proceso de la fundación del régimen democrático liberal venezolano. **Revista Venezolana de Ciencia Política**, Caracas, ano II, n. 3, p. 105-127, 1988.

SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

SOLANO, Xochitl. Indigenismo, indianismo y ‘ciudadanía étnica’ de cara a las redes neozapatistas. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). **Pueblos indígenas, Estado y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 279-309.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VAZ, Alcides. **Documento de Trabalho n. 04**. Seminário “As relações entre Brasil e Venezuela: avaliação e perspectivas”. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1993.

VAZ, Alcides. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.

VAZ, Alcides. La agenda de seguridad de Brasil: de la afirmación soberana hacia la cooperación. In: CEPIK, Marcos; RAMIREZ, Socorro (eds.). **Agenda de seguridad andino-brasileña**. Bogotá: FESCOL, 2004. p. 145-173.

VILLA, Rafael. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 10, out. 2007.

VIZENTINI, Paulo. Venezuela e Brasil na política internacional: cooperação bilateral e inserção mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 01, p. 121-142, 1996.